



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA

CNPJ: 41.522.103/0001-07 • Fone/Fax: (0**89) 3584-1194

1

LEI Nº. 301 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração e Execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA, ESTADO DO PIAUÍ no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal; no artigo 4º da Lei Complementar no 101/00, de 4 de maio de 2000; e na Lei Orgânica do Município de Várzea Branca, as diretrizes orçamentárias do Município para 2019, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV – as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII – as disposições gerais;
- VIII – os anexos:
 - a) de metas fiscais;
 - b) de riscos fiscais.

Parágrafo único. As metas fiscais, estabelecidas no anexo desta Lei, poderão ser ajustadas pelo Poder Executivo no Projeto da Lei Orçamentária, se verificado, quando da sua elaboração, que o comportamento das variáveis macroeconômicas e da execução das receitas e despesas indica a necessidade de revisão.



CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Na elaboração dos orçamentos do Município adotar-se-ão as seguintes prioridades:

I – Desenvolver ações com vistas ao incremento da receita, com ênfase ao recadastramento dos imóveis, das empresas prestadoras de serviços, e à administração e execução da dívida ativa, além de investir no aperfeiçoamento, informatização, qualificação da estrutura da administração fazendária na ação educativa sobre o papel do contribuinte – cidadão;

II – controlar as despesas, sem prejuízo da prestação de serviços ao cidadão;

III – ampliar a capacidade de investimento do Município, através de parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas de governo e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;

IV – ampliar e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

Art. 3º - Em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2019 será dada maior prioridade:

I - às políticas de inclusão;

II - à austeridade na gestão dos recursos públicos; e

III - à promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do Anexo a que se refere o *caput* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

§ 3º - A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas no *caput* e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal;



IV - conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 4º - Poderá ser procedida a adequação das metas e prioridades de que trata o caput deste artigo, se durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2019, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 5º - A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2019 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nos Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

§ 6º - Estão discriminados em anexos integrantes desta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O projeto de lei orçamentária do Município de Várzea Branca, relativo ao exercício de 2019, deve assegurar os princípios de justiça, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar ao cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, por meio dos instrumentos previstos na legislação;

III - o princípio de transparência implica além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Seção I Das Definições

Art. 5º A Lei Orçamentária para o exercício de 2019, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, será elaborada consoante as diretrizes estabelecidas nesta Lei e sua execução observará os objetivos, prioridades e metas definidos no Plano Plurianual para o período 2019-2021.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – **diretriz**, o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;

II – **função**, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

III – **sub-função**, uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

IV – **programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

V – **atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – **projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VII – **operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

VIII - **modalidade de aplicação**, a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

VIII – **receita corrente líquida** - somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira;

IX – **despesa total com pessoal** – o somatório dos gastos de cada Poder com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência;

X - **categoria de programação** - denominação genérica que engloba função, sub-função, programa e atividade, projeto ou operação especial, e o termo ação, a que engloba as três últimas categorias;

XI - **categoria de despesa** - denominação genérica que engloba categoria econômica da despesa, grupo e modalidade de aplicação;

XII - **órgão** - segmento da administração direta ao qual a lei orçamentária anual não consigna recursos e que depende de destaques ou provisões para executar seus programas de trabalho;

XIII – **unidade orçamentária** – o segmento da administração direta a que o orçamento do Município consigna dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição. O menor nível da classificação institucional, agrupado em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.



§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais e respectivos subtítulos e finalidades

§ 4º - A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades, adotando-se o regime de caixa, observando a legislação em vigência.

§ 5º - Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato de Terceirização".

§ 6º - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Seção II

Da Estrutura dos Orçamentos

Art. 7º A receita municipal será constituída:

- I – dos tributos de sua competência;
- II – das transferências constitucionais;
- III - das atividades econômicas que por conveniência o Município venha executar;
- IV – dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública e Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais;
- V – das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI – das cobranças de dívida ativa;
- VII – das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados pelo Poder Legislativo;
- VIII – outras rendas.



§ 1º - A discriminação da receita será de acordo com o estabelecido na Portaria 163 de 04 de maio de 2001 da SOF/SEPLAN e alterações posteriores.

§ 2º - As receitas oriundas de fontes vinculadas não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades.

§ 3º - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo a natureza de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas à seguridade social.

Art. 8º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidades orçamentárias, detalhadas por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando as modalidades de classificação, a saber:

I – Classificação Institucional:

- a) Poder;
- b) Órgão;
- c) Unidade Orçamentária;

II – Classificação Funcional:

- a) Função;
- b) Subfunção;
- c) Programa;
- d) Projeto, Atividade ou Operação Especial.

§ 1º As unidades orçamentárias são o menor nível de classificação institucional e serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos estes como sendo os de maior nível da classificação institucional.

§ 2º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal ou de seguridade.

§ 3º As categorias econômicas estão assim detalhadas:

- I - Despesas Correntes; e
- II - Despesas de Capital.

§ 4º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I – pessoal e encargos sociais – 1;
- II – juros e encargos da dívida – 2;
- III – outras despesas correntes – 3;
- IV – investimentos – 4;
- V – inversões financeiras – 5; e



VI – amortização da dívida – 6.

§ 5º A reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9 no que se refere às categorias econômicas, aos grupos de natureza da despesa, às modalidades de aplicação, aos elementos de despesa e às fontes de recursos.

§ 6º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições, obedecendo a seguinte classificação:

- I – transferências à União – 20;
- II – transferências a governo estadual – 30;
- III – transferências a municípios – 40;
- IV – transferências a instituições privadas sem fins lucrativos – 50;
- V – transferências a instituições privadas com fins lucrativos – 60;
- VI – transferências a instituições multigovernamentais – 70;
- VII – transferências ao exterior – 80;
- VIII – aplicações diretas – 90;
- IX – aplicações diretas decorrentes de Operações entre Fundos – 91;
- X – a ser definida – 99.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com a modalidade de aplicação definida no inciso X do parágrafo anterior.

§ 8º A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária.

§ 9º As fontes de recursos identificam a origem da receita, da seguinte forma:

- 001 Recursos Ordinários
- 110 Transferências do FUNDEB
- 115 Transferência do Salário Educação
- 116 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PDDE
- 117 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PNAE
- 118 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PNATE
- 119 Outras Transferências de Recursos do FNDE
- 120 Transferências de Convênios – Educação
- 130 Operações de Crédito Vinculadas à Educação
- 140 Royalties do Petróleo destinados à Educação
- 190 Outros Recursos Destinados à Educação
- 210 Transferências de Recursos do SUS
- 220 Transferências de Convênios – Saúde



- 230 Operações de Crédito Vinculadas à Saúde
- 240 Royalties do Petróleo destinados à Saúde
- 290 Outros Recursos Destinados à Saúde
- 311 Transferências de Recursos do FNAS
- 312 Transferências de Convênios – Assistência Social
- 390 Outros Recursos Destinados à Assistência Social
- 410 Recursos destinados ao RPPS – Plano Previdenciário
- 920 Recursos de Operações de Crédito
- 930 Recursos de alienação de bens/ativos
- 940 Outras vinculações de transferências
- 950 Outras vinculações de taxas e contribuições (COSIP)
- 990 Outras destinações vinculadas de recursos

§ 10 As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 11 - No Projeto de Lei Orçamentária será atribuído a cada Projeto, Atividade e Operação Especial um código numérico estabelecido pelo setor responsável pelo Planejamento, órgão responsável pela elaboração da referida Lei.

§ 12 - Cada Projeto/Atividade/Operação Especial constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Seção III

Do Projeto da Lei Orçamentária Anual

Art. 9º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2018, nos termos do artigo 13, dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Piauí, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundações e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal bem como o Orçamento de Investimento das empresas em que o Município venha a deter, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada de modo total e integrada.

Art. 10 - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo e a respectiva lei serão constituídos de:

- I – Mensagem;
- II – texto da lei;
- III – quadros orçamentários consolidados;
- IV – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;



V – discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

VI – informações complementares.

§ 1º - Os quadros e anexos orçamentários a que se referem os incisos III e IV do *caput* deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes :

I - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 1 da Lei 4.320/64;

III - quadro discriminativo da receita por fontes – Anexo 2 da Lei 4.320/64;

IV - quadro das dotações por órgãos do Governo Municipal e da Administração Indireta, indicando despesas do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos segundo os programas de governo, com os seus objetivos, detalhado por atividades, projetos e operações especiais, categoria econômica da despesa e fonte de financiamento, com a identificação das unidades orçamentárias executoras.

V - quadros demonstrativos da receita e despesa dos fundos especiais;

VI - quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nºs 6 , 7, 8 e 9 da Lei 4.320/64.

Art. 11 - A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social.

Art. 12 - A lei orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

I - à participação em constituição ou ao aumento de capital de empresas;
e

II - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no inciso II serão considerados os pedidos protocolizados até 1º de julho de 2018.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I



Diretrizes Gerais

Art.13. A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2019 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, unidade, universalidade e anualidade, permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º O Poder Legislativo realizará audiências públicas durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º Serão divulgados, opcionalmente na Internet, ao menos:

I - pelo Poder Legislativo, no que couber, os instrumentos de gestão previstos no *caput* do artigo 48 da Lei Complementar no 101/00, de 4 de maio de 2000.

II - pelo Poder Executivo:

- a) a estimativa das receitas de que trata o § 3º do artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;
- b) a proposta de Lei Orçamentária e seus anexos; e
- c) a Lei Orçamentária Anual.

Art. 14 - O Orçamento Geral do Município obedecerá ao princípio do equilíbrio entre receitas e despesas, segundo o qual a despesa fixada é igual à receita estimada.

Art. 15 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, de 4 de maio de 2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§ 1º O Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019.

§ 2º No prazo previsto no artigo anterior desta lei, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais de arrecadação nos termos do art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101/00, de 4 de maio de 2000.

Art. 16 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o

mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas:

- I – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação de despesas com horas extras;
- III – redução de gastos com combustível e outras despesas correntes;
- IV – redução dos investimentos programados.

Art. 17. Caso seja necessária a adoção da limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, esta será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes no orçamento, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

Parágrafo único – Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo expedirá comunicado ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira.

Art. 18. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 19. Não serão objetos de limitação:

- I - as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida;
- II - despesas correntes obrigatórias de caráter continuado; e
- III - contrapartidas municipais em convênios e operações de créditos firmados.

Art. 20 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o levantamento e avaliação dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. O controle de custos de que trata o *caput* será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 21. Na programação da despesa, em conformidade com a LRF, não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do § 3º, art. 167 da Constituição;

III – consignados créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 22. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigíveis nos convênios, acordos e similares.

Art. 23 – No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2019, as receitas serão estimadas e as despesas fixadas tendo como base a execução orçamentária observada no período de janeiro a junho/2018, reajustadas conforme índices de inflação oficial verificado no período respectivo, e outras mudanças conjunturais ou estruturais que as afetem.

Parágrafo único - As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias e Fundos Municipais deverão ser apresentadas à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento até o dia 31 de agosto de 2018, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 24 – A manutenção das atividades existentes terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão e os projetos em execução, desde que avaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta lei terão prioridade sobre os novos projetos.

Parágrafo único. A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica e financeira.

Art. 25 - É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.



Seção II

Dos Débitos Judiciais

Art. 26 - A Lei Orçamentária de 2019 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

- I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 27 - A Procuradoria Jurídica do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, até 15 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2019 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal, e discriminada por grupos de natureza de despesas, conforme detalhamento constante do artigo 8º, §4º desta lei, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago;
- VII - data do trânsito em julgado; e
- VIII - número da vara ou comarca de origem.

Seção III

Das Vedações

Art. 28 - Na programação das despesas, será vedado:

I – fixação de despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e

II – inclusão de despesas a título de investimentos - Regime de Execução Especial - ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição Federal.

II – fixação de despesas com Juros, Amortizações e Encargos da Dívida Fundada, que não considerar as operações já contratadas ou com autorizações concedidas e contratos assegurados até a data o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal;



VI - pagamento de despesas com pessoal, a qualquer título, e aquisição de equipamentos e material permanente com recursos transferidos pelo Município a entidades privadas sem fins lucrativos, sob a forma de contribuições, subvenções e auxílios.

V - pagamento, a qualquer título, a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviço de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacional ou internacionais.

III - a programação de novos projetos sem que tenham sido alocados recursos suficientes para as despesas com investimentos em andamento e para as despesas de conservação do patrimônio público, conforme disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

Parágrafo único – Serão entendidos como projetos em andamento aqueles que tenham finalizado o processo licitatório.

Art. 29 - Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente.

Art. 30 - As dotações para compor a contrapartida de despesas financiadas por recursos vinculados serão obrigatoriamente informadas e identificadas por fonte de recurso distinta, não poderão ter destinação diversa das finalidades referidas na motivação do convênio, ajuste, acordo ou instrumento similar, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos ou desnecessária por rescisão, não concretização dos financiamentos previstos ou saldo não utilizado, de tal forma que evidencie a impossibilidade da sua aplicação original.

Art. 31 - Somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária dotações relativas às operações de crédito contratadas ou com autorizações legislativas concedidas até a data do encaminhamento do referido Projeto ao Poder Legislativo.

Art. 32 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único: A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Seção IV

Das Transferências para o Setor Privado

Art. 33 – É vedada a inclusão, na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “auxílios” ou “subvenções sociais”, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, dotadas de atividades de natureza continuada que prestem atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II – sejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

III - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

IV - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, art. 16 e seguintes da Lei 4.320/64, bem como ao disposto na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

V – sejam signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal;

VI – sejam qualificadas como organizações sociais;

VII – sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público, de acordo com a Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999;

VIII – sejam qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacidade de atletas nas modalidades de torneios, campeonatos de amadores e profissionais que de alguma forma incentivem o esporte e representem o Município, desde que formalizada a requisição mediante apresentação do projeto onde estejam indicados o objeto, finalidades, forma de execução e planilha de custos, devendo também ser de alguma forma evidenciada a participação do Governo Municipal no projeto e eventos.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2019, por três autoridades local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, além da apresentação de:

I – cópia da lei que reconhece a entidade como sendo de utilidade pública;

II – cópia autenticada da ata da última eleição e cópia autenticada da posse da diretoria em exercício;

III – CNPJ e todas as Certidões Negativas que comprovem sua regularidade fiscal.

§ 2º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a execução das dotações sob os títulos nele especificados dependerá, além de autorização legislativa específica consignada na Lei de Orçamento, da assinatura de convênio ou acordo, observadas as disposições do art. 116 e seus parágrafos, da lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

§ 3º - A execução das dotações sob o título de subvenções sociais está também condicionada às determinações previstas na Resolução 027/2016 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Art. 34 - A Administração Pública Municipal poderá destinar recursos para diretamente ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas, comprovadamente carentes, por meio de outros auxílios financeiros a pessoas físicas ou material de distribuição gratuita.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:

I - auxílios financeiros a pessoas físicas: dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens; e

II - material de distribuição gratuita: dotações destinadas a atender despesa com a aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como livros didáticos, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

Art. 35 - Os recursos provenientes de convênios e contratos de repasses/termos de parceria e/ou cooperação financeira repassados pelo Município, a título de 'Contribuições' deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Controladoria Geral do Município.

Parágrafo único: A prestação de contas a que se refere o caput deverá atender ao disposto na Resolução nº. 027/2016, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Art. 36 - É vedada a destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não tornem suas contas acessíveis à sociedade civil.



Seção V

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 37 - O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 38 - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 39 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

- I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
- III - as alterações tributárias.

Art. 40 - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.

Art. 41 - O Município aplicará, no mínimo, 15 % (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 42 - A Lei Orçamentária conterà no orçamento fiscal reserva de contingência, constituindo-se de dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, cujos recursos serão utilizados como fonte para:

I - atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, tendo como prioritários os passivos referentes às obrigações pertinentes a gastos com pessoal, constituída em montante correspondente a até 1% (um por cento) da receita corrente líquida do Tesouro Municipal, em consonância ao artigo 5º da Lei Complementar 101/00;

II - para abertura de créditos adicionais de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.



Art. 43 – Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender as despesas de capital depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Seção VI

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 44 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social; obedecerá ao disposto nos artigos 194 a 204 da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas constitucionalmente;

II - recursos originários dos orçamentos do Município, transferência de recursos do Estado e da União, pelas execuções descentralizadas das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência social; e

III - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

Seção VII

Diretrizes Específicas para o Poder Legislativo

Art. 45 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, conforme disposto no inciso II, § 2º, do artigo 29-A da Constituição Federal.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal.

Art. 46 - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 31 de agosto do corrente ano.



Seção VIII

Das alterações da Lei Orçamentária e da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 47 - Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;

III - sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros ou omissões;
- b) os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º - As emendas deverão indicar como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de que não inviabilizarão as atividades de natureza operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

III - em relação a alterações das categorias de programação e grupo de despesa dos projetos originais, indicar o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, identificando cada uma das dotações modificadas com a indicação das alterações atribuídas;

IV - as inclusões de novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados na Lei de Orçamento, com indicação das fontes financiadoras e as denominações atribuídas.

V - quadro demonstrativo da manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas e a correspondência das fontes de recursos.

§ 2º - É vedada a inclusão de emendas ao Projeto de Lei e à Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, que anulem dotações provenientes:

I - de precatórios judiciais;

II - do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

III - do limite mínimo para área do ensino, estipulada pela Constituição Federal;



IV - de receitas vinculadas a finalidades específicas, tais como a convênios, execução de programas especiais e operações de créditos;

V - de receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

VI - do limite mínimo para área de saúde, estipulada pela Emenda Constitucional nº 29;

VII - de contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município.

Art. 48 - Os créditos adicionais autorizados pelo Legislativo serão abertos e apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária definido no art. 5º desta Lei, e em conformidade aos preceitos estabelecidos nos artigos 40 e seguintes da Lei 4.320/64.

Parágrafo único. Os créditos adicionais autorizados e as alterações do Quadro do Detalhamento de Despesas, alterações do Orçamento Analítico, serão editados mediante Decreto do Executivo.

Art. 49 - Na Lei Orçamentária Anual conterão as seguintes autorizações:

I – para abertura de créditos adicionais;

a) até o limite nela definido, para créditos suplementares;

b) até o limite autorizado em Lei específica de reajuste de pessoal e encargos sociais;

II – para realizar operações de crédito, inclusive por antecipação da Receita, até o limite legalmente permitido.

Art. 50 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, conforme o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 51 - As codificações de modalidades de aplicação e das fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais poderão ser modificados e ou desmembradas para atender às necessidades de execução e dar maior transparência à execução orçamentário-financeira, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 52 - A inclusão de grupo de natureza de despesa em projeto, atividade e operação especial constante da Lei Orçamentária serão efetivadas por meio da abertura de crédito adicional suplementar, desde que decorra de:

I - incorreções no processo de orçamentação dos projetos, atividades e operações especiais; e



II - fatos que independam da ação volitiva do gestor.

Art. 53 - O Poder Executivo poderá efetuar, por decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender às necessidades de ações prioritárias.

Art. 54 - Havendo alteração, por ato da esfera federal, nos códigos da classificação da receita e da despesa, fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar os códigos dos Orçamentos vigentes.

Parágrafo único. A compatibilização da codificação prevista neste artigo será efetuada através de ato do Poder Executivo.

Art. 55 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá ser aprovado até o término da corrente sessão legislativa.

Art. 56 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual não seja devolvido para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, a sua programação poderá ser executada para atender despesas inadiáveis em cada mês, até que a Lei Orçamentária passe a vigorar, sempre no limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação atualizada.

§ 1º. Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, as dotações para atendimento de despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento de benefícios previdenciários;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - precatórios
- V - obras em andamento;
- VI - investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- VII - contratos de serviços;
- VIII - as operações oficiais de crédito; e
- IX - contrapartidas municipais;
- X - utilização de recursos vinculados, em suas finalidades, limitado ao valor conveniado, acordado ou efetivamente ajustado e em conformidade com o cronograma de execução financeira estabelecido nos referidos instrumentos.

§ 2º As dotações referentes às despesas, mencionadas no **§ 1º** deste artigo, poderão ser movimentadas até o montante necessário para suas coberturas.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento na Câmara Municipal e do procedimento



previsto neste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária, através da cobertura de créditos adicionais, mediante remanejamento de dotações orçamentais.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 57 – No exercício financeiro de 2019, a despesa total com pessoal ativo e inativo do município de Várzea Branca observará o limite estabelecido nos §§ 1º e 2º do art. 18, no inciso III, do art. 19 e inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº. 101/00, de 04 de maio de 2000 e Emenda Constitucional nº. 25 de 2000.

Art. 58 – A repartição dos limites não poderá exceder os percentuais de 6% (seis por cento) para o Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo, da receita corrente líquida, calculada nos termos da LC nº 101/2000.

Parágrafo único. Se na verificação do limite estabelecido o total da despesa exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do percentual determinado, deverão ser observadas as vedações constantes dos incisos I a IV do § 2º do art. 22 da LC nº 101/00.

Art. 59 – O reajuste da remuneração de pessoal nos termos do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, será concedido de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Municipal, respeitado o limite estabelecido no inciso III, do art. 19 e no inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº. 101/00, de 2000, na forma do disposto no art. 169 da Constituição Federal.

Art. 60 – O Poder Executivo fica autorizado, conforme disposto no art. 169 da Constituição Federal, a enviar à Câmara Municipal de Várzea Branca, Projeto de Lei que vise criar cargos, empregos e funções ou alterar a estrutura de carreiras, bem como admitir ou contratar pessoal.

§ 1º. A criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal fica condicionada aos limites estabelecidos no art. 58 desta Lei.

Art. 61 – Fica autorizada, conforme necessidade da administração, a realização de concurso público desde que obedecidos os limites dispostos nos arts. 56 e 57 desta Lei, observadas as seguintes condições.

- I – existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher; e
- II – houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.



Art. 62 - O disposto no § 1º do art. 18, da Lei Complementar nº 101/00, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total de pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização, relativas à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário; ou sejam relativas a cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;

III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 63 - O Poder Executivo enviará, caso necessário, à Câmara Municipal de Várzea Branca, no corrente exercício, Projeto de Lei que vise alterar a legislação tributária para 2019, objetivando modernizar a ação fazendária, aumentar a produtividade e melhorar a administração da Dívida Ativa.

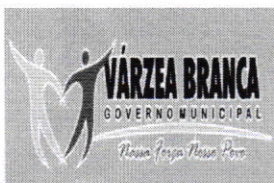
Art. 64 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da LC nº. 101/2000.

Parágrafo único. Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesa em valor equivalente.

Art. 65 - O incremento da receita tributária deverá ser buscado mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, a constante atualização do cadastro dos contribuintes e execução permanente de programas de fiscalização.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 66. As metas apresentadas no Anexo de Metas Fiscais, em anexo, são resultados presumidos a partir de parâmetros de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), taxas de inflação e projeções de crescimento das receitas públicas.



Parágrafo único. Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019, a estimativa de receita e a fixação de despesa poderão ser modificadas em vista dos parâmetros utilizados na atual projeção sofrerem alterações conjunturais, podendo as metas fiscais serem ajustadas, conforme justificativa.

Art. 67 – Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas, contabilizadas e consolidadas às contas gerais do município no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 68 – Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/00, considera-se como irrelevante as despesas que não ultrapassem, para bens e serviços, os limites definidos nos incisos I e II do art. 24 e seu Parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Art. 69 – Para efeito do disposto no art. 42 da LC nº. 101/00:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 70 - Cabe à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento determinará sobre:

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundações, Fundos e Sociedades de Economia Mista; e

III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 71 – As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidade de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA

CNPJ: 41.522.103/0001-07 • Fone/Fax: (0**89) 3584-1194

25

Art. 72 – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 73 – O Poder Legislativo encaminhará até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, para fins de incorporação ao balancete do município, seus balancetes financeiros e de suas despesas orçamentárias relativos ao mês anterior.

Art. 74. O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênios, acordos e ajustes favoráveis ao Município e necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual, com órgãos e entidades da administração de todas as esferas de governo, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira para satisfazer as obrigações de contrapartida da execução dos mesmos.

Art. 75 – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea Branca, Estado do Piauí, em
28 de junho
de 2018.

IDEVALDO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal de Várzea Branca-PI

Numerado, registrado e publicado a presente Lei nesta Prefeitura Municipal de Várzea Branca, Estado do Piauí, aos vinte e oito dias do mês de junho de 2018.

JÔNATAS DA SILVA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração
e Planejamento



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXOS AO ARTIGO 1º DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Programa.....: 0001 - Administração Legislativa

OBJETIVO: Prover condições para que os parlamentares desenvolvam suas atividades legislativas.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1001	Projeto	Reforma e ampliação da Câmara Municipal	Prédio Reformado/ Ampliado	Câmara Municipal	UNIDADE	1
2069	Atividade	Divulgação e Publicação de Atos	Ações Executadas	Câmara Municipal	PERCENTUAL	100
2068	Atividade	Encargos com AVEP/IBAM	Contribuições Realizadas	Câmara Municipal	UNIDADE	12
2001	Atividade	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal	Ações Administrativas Realizadas	Câmara Municipal	PERCENTUAL	100

Programa.....: 0002 - Gestão Administrativa

Objetivo.....: Prover os Órgãos do Município dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
2002	Atividade	Manutenção dos Encargos do Gabinete	Ações Administrativas Realizadas	Gabinete do Prefeito	PERCENTUAL	100
2003	Atividade	Encargos com APPM e CNM	Contribuições Realizadas	Gabinete do Prefeito	UNIDADE	12
2004	Atividade	Atividades a Cargo da JSM	Ações Administrativas Realizadas	Gabinete do Prefeito	PERCENTUAL	100
2006	Atividade	Manutenção da Controladoria	Ações Administrativas Realizadas	Controladoria Geral do Município	PERCENTUAL	100
2007	Atividade	Manutenção da Secretaria Mun de Administração e Planejamento	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Mun de Administração e Planejamento	PERCENTUAL	100
2008	Atividade	Atividades a Cargo da Delegacia de Polícia	Ações Executadas	Secretaria Mun de Administração e Planejamento	PERCENTUAL	100
2012	Atividade	Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Municipal de Finanças	PERCENTUAL	100
2027	Atividade	Manutenção da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Juventude, Cultura e Turismo	Ações Administrativas Realizadas	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo	PERCENTUAL	100
2030	Atividade	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Mun de Assistência e Serviço Social	PERCENTUAL	100
2005	Atividade	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	Ações Administrativas Realizadas	Procuradoria Geral do Município	PERCENTUAL	100
2043	Atividade	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Mun. de Meio Ambiente	PERCENTUAL	100



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXOS AO ARTIGO 1º DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

2044	Atividade	Manutenção da Secretaria Mun. de Estradas de Rodagens e Transportes	Ações Administrativas Realizadas	Sec. Mun. de Estradas de Rodagens e Transporte	PERCENTUAL	100
2060	Atividade	Manutenção da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo	Ações Administrativas Realizadas	Sec Mun de Obras Públicas e Urbanismo	PERCENTUAL	100
2061	Atividade	Manutenção do Sistema de Retransmissão de	Ações Executadas	Sec Mun de Obras Públicas	PERCENTUAL	100
2039	Atividade	Manutenção da Secretaria Municipal de	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Mun de Agricultura e	PERCENTUAL	100
2065	Atividade	Manutenção de Máquinas e Equipamentos de Grande Porte	Máquinas e Equipamentos Conservados	Sec Mun de Obras Públicas e Urbanismo	UNIDADE	100

Programa.....: 0003 - Fortalecimento do Turismo

Objetivo.....: Promover e apoiar ações de desenvolvimento do turismo e divulgação das potencialidades locais.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1047	Projeto	Construção do Praça de Eventos	Praça Construída/ Restaurada	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo	UNIDADE	1
1046	Projeto	Construção do Parque de Exposições	Parque Construído	Secretaria Mun de Agricultura e Desenv Econômico	UNIDADE	1

Programa.....: 0004 - Educação Cidadã

Objetivo.....: Contribuir para a qualidade do atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de ações suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde e formação continuada aos diversos profissionais da área educacional, orientando assim o aprendizado do aluno com a eficiência do modelo de gestão escolar adotado.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1005	Projeto	Ampliação e Reforma de Escolas para o Ensino Fundamental	Escolas Construídas/Reformadas	Secretaria Municipal de Educação	UNIDADE	10
1004	Projeto	Construção de Escolas para a Educação Infantil	Escolas Construídas/Reformadas	Secretaria Municipal de Educação	UNIDADE	1
1008	Projeto	Construção de Quadras Esportivas em Escolas Municipais	Quadras Construídas	Secretaria Municipal de Educação	UNIDADE	1
1009	Projeto	Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para o Ensino Fundamental	Equipamentos Adquiridos	Secretaria Municipal de Educação	PERCENTUAL	100



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXOS AO ARTIGO 1º DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

	Projeto	Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para o Ensino Infantil	Equipamentos Adquiridos	Secretaria Municipal de Educação	PERCENTUAL	100
2018	Atividade	Encargos com o Sistema Municipal de Ensino	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Municipal de Educação	PERCENTUAL	100
2019	Atividade	Manutenção da Educação Infantil	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Municipal de Educação	PERCENTUAL	100
2020	Atividade	Manutenção da EJA	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Municipal de Educação	PERCENTUAL	100
2021	Atividade	Manutenção do PNAE	Refeições Distribuídas	Secretaria Municipal de Educação	UNIDADE	251200
2023	Atividade	Manutenção do Transporte Escolar	Alunos Transportados	Secretaria Municipal de Educação	UNIDADE	883
2024	Atividade	Manutenção de outros programas MEC/FNDE	Programa Executado	Secretaria Municipal de Educação	PERCENTUAL	100
2025	Atividade	Assistência Financeira a Estudantes	Alunos Assistidos	Secretaria Municipal de Educação	PERCENTUAL	100
2026	Atividade	Capacitação de Trabalhadores em Educação	Educadores Qualificados	Secretaria Municipal de Educação	CAPACITAÇÃO	100
2066	Atividade	Quota Municipal do Salário Educação - QSE	Programa Executado	Secretaria Municipal de Educação	PERCENTUAL	100
2014	Atividade	Encargos com o Magisterio - FUNDEB 60%	Ações Administrativas Realizadas	FUNDEB	PERCENTUAL	100
2015	Atividade	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 40%	Ações Administrativas Realizadas	FUNDEB	PERCENTUAL	100
2016	Atividade	Manutenção da Educação Infantil - 60%	Ações Administrativas Realizadas	FUNDEB	PERCENTUAL	100
2017	Atividade	Manutenção do EJA 60%	Ações Administrativas Realizadas	FUNDEB	PERCENTUAL	100
1003	Projeto	Construção, Ampliação e Reforma de Escolas	Escolas Construídas/Reformadas	FUNDEB	UNIDADE	1
2070	Atividade	Manutenção do PDDE	Programa Executado	Secretaria Municipal de Educação	PERCENTUAL	100
2072	Atividade	Manutenção Educação Infantil - 40%	Ações Administrativas Realizadas	FUNDEB	PERCENTUAL	100
2073	Atividade	Manutenção do EJA 40%	Ações Administrativas Realizadas	FUNDEB	PERCENTUAL	100

Programa.....: 0005 - Saúde e Qualidade de Vida

Objetivo.....: Implementar e promover a Atenção Básica, como espaço prioritário de organização do SUS Local, buscando atender a população SUS dependente, expandir a

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1023	Projeto	Construção, Ampliação e Reforma de UBS	Unidades Construídas/Ampliadas/Reformadas	Fundo Municipal de Saúde - FMS	UNIDADE	6
1024	Projeto	Aquisição de Veículos	Veículo Adquirido	Fundo Municipal de Saúde - FMS	UNIDADE	1
1025	Projeto	Aquisição de Equipamentos para UBS	Equipamentos Adquiridos	Fundo Municipal de Saúde - FMS	PERCENTUAL	100
2047	Atividade	Manutenção do FMS	Ações Administrativas Realizadas	Fundo Municipal de Saúde - FMS	PERCENTUAL	100
2048	Atividade	Manutenção do PACS	Programa Executado	Fundo Municipal de Saúde - FMS	PERCENTUAL	100
2050	Atividade	Manutenção da Farmácia Básica	Programa Executado	Fundo Municipal de Saúde - FMS	PERCENTUAL	100



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXOS AO ARTIGO 1º DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

2051	Atividade	Manutenção do PSF	Programa Executado	Fundo Municipal de Saúde - FMS	PERCENTUAL	100
2056	Atividade	Manutenção do Laboratório de Prótese Dentária	Programa Executado	Fundo Municipal de Saúde - FMS	PERCENTUAL	100
2052	Atividade	Manutenção do PSB	Programa Executado	Fundo Municipal de Saúde - FMS	PERCENTUAL	100
2058	Atividade	Manutenção de Academias de Saúde	Academias Administradas	Fundo Municipal de Saúde - FMS	UNIDADE	1

Programa.....: 0006 - Vigilância em Saúde

Objetivo.....: Desenvolver ações de prevenção de doenças e controle de endemias, elevando a qualidade dos serviços prestados à sociedade por meio da ação preventiva e corretiva nos ambientes de interesse à saúde

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
2049	Atividade	Manutenção da Vigilância Sanitária	Programa Executado	Fundo Municipal de Saúde - FMS	PERCENTUAL	100
2053	Atividade	Manutenção da Vig. Epidemiológica (PPI/ECD)	Programa Executado	Fundo Municipal de Saúde - FMS	PERCENTUAL	100

Programa.....: 0007 - Desenvolvimento Rural

Objetivo.....: Implantar infra-estrutura de apoio às atividades de desenvolvimento rural e fixação do homem no campo.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1019	Projeto	Construção e Equipamento de Casas da Casa de Mel	Casa Construída e Equipada	Secretaria Mun de Agricultura e Desenv Econômico	UNIDADE	1
2041	Atividade	Encargos com Seguro Garantia Safra	Agricultores Assistentes	Secretaria Mun de Agricultura e Desenv Econômico	UNIDADE	850
1020	Projeto	Implantação de Hortas Comunitárias	Hortas Implantadas	Secretaria Mun de Agricultura e Desenv Econômico	UNIDADE	2
2042	Atividade	Ações de Apoio à Agricultura Familiar	Ações Executadas	Secretaria Mun de Agricultura e	PERCENTUAL	100
2045	Atividade	Manutenção de Estradas	Estradas Conservadas	Secretaria Mun de Agricultura e	QUILÔMETRO	100



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXOS AO ARTIGO 1º DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Programa.....: 0008 - Urbanizar						
Objetivo.....: Desenvolver ações de urbanização, ampliação e melhoria da infra-estrutura, qualidade da mobilidade e funcionamento dos serviços estruturais, a fim de viabilizar o						
Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1035	Projeto	Construção, Ampliação e Reforma de	Cemitérios Construídos/ Ampliados/	Sec Mun de Obras Públicas	UNIDADE	4
1037	Projeto	Pavimentação e Recuperação de Vias Públicas	Vias Pavimentadas/ Recuperadas	Sec Mun de Obras Públicas	METRO QUAD	10000
2063	Atividade	Encargos com Iluminação Publica	Serviços Executados	Sec Mun de Obras Públicas	PERCENTUAL	100
1048	Projeto	Indenização e Aq. de Imóveis	Imóveis Indenizados	Sec Mun de Obras Públicas	PERCENTUAL	100

Programa.....: 0009 - Proteção Social Básica						
Objetivo.....: Promover a redução e/ou prevenção ode situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários na população que vive em situação de vulnerabilidade.						
Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
2031	Atividade	Manutenção do Conselho Tutelar	Conselho Mantido	Secretaria Mun de Assistência e Serviço Social	UNIDADE	1
2032	Atividade	Manutenção do FMAS	Ações Administrativas Realizadas	FMAS	PERCENTUAL	100
2035	Atividade	Concessão de Benefícios Eventuais	Benefícios Concedidos	FMAS	PERCENTUAL	100
2036	Atividade	Apoio à Organização e Gestão do SUAS -	Famílias Assistidas	FMAS	UNIDADE	100
2037	Atividade	Fortalecimento do Controle Social - IGDBF - IGD SUAS - 3%	Famílias Assistidas	FMAS	UNIDADE	972
2038	Atividade	Serviço de Proteção Social Básica (SCFV - PAIF/CRAS)	Famílias Assistidas	FMAS	UNIDADE	345
2067	Atividade	Programa BPC - Questionário	Questionários Aplicados	FMAS	PERCENTUAL	100
2071	Atividade	Programa Primeira Infância no SUAS (Criança Feliz)	Famílias Assistidas	FMAS	UNIDADE	105



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXOS AO ARTIGO 1º DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Programa.....: 0010 - Aprendendo uma Profissão

Objetivo.....: Desenvolver ações de capacitação de mão de obra, como fonte de geração de emprego e renda, principalmente voltadas à população jovem.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
2033	Atividade	Realização de Cursos de Iniciação Profissional	Cursos Realizados	FMAS	PERCENTUAL	100
2075	Atividade	Qualificação Profissional Jovem (Violão e Artesanato)	Ações Executadas	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo	PERCENTUAL	100

Programa.....: 0011 - Esporte e Lazer

Objetivo.....: Implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais do cidadão, colaborando para o desenvolvimento humano; assegurar e facilitar o acesso de todos a atividades esportivas e de lazer, a fim de minimizar o quadro de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1011	Projeto	Construção de Campos de Futebol	Campos de Futebol Construídos	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo	UNIDADE	5
1014	Projeto	Construção de Parques de Vaquejada	Parque Construído	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo	UNIDADE	1
2028	Atividade	Promoção de Atividades Esportivas	Ações Executadas	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo	PERCENTUAL	100
1015	Projeto	Construção de Quadra Poliesportiva	Quadras Construídas	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, Sec Mun de Obras Públicas	UNIDADE	1
1049	Projeto	Construção e Implantação de Ciclovias	Ciclovias Implantadas	Urbanismo	METRO	1200

Programa.....: 0013 - Cultura Viva

Objetivo.....: Incentivar e criar mecanismos que viabilizem a produção e divulgação de bens culturais, valorizando a cultura local, tradicional e moderna.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
2029	Atividade	Encargos com Eventos Culturais	Eventos Realizados	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo	PERCENTUAL	100
2034	Atividade	Formação de Banda Musical e Coral	Banda e Coral Formados	FMAS	UNIDADE	1



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXOS AO ARTIGO 1º DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

2074	Atividade	Cultura Jovem (Diálogos, Cinema, Folguedos)	Ações Executadas	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo	PERCENTUAL	100
------	-----------	---	------------------	--	------------	-----

Programa.....: 0014 - Habitação: Direito de Todos

Objetivo.....: Implementar a Política Habitacional no Município de Várzea Branca, integralizando-a às ações de governo, potencializando parcerias com outros órgãos das esferas governamentais e da sociedade civil organizada.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1029	Projeto	Melhoria Hab. para Controle de Doenças de Chagas	Casas Construídas/ Restauradas	Sec Mun de Obras Públicas Urbanismo	UNIDADE	50
1030	Projeto	Implantação de Módulos Sanitários Domiciliares	Módulos Sanitários Implantados	Sec Mun de Obras Públicas Urbanismo	UNIDADE	100

Programa.....: 0015 - Sanear é Saúde

Objetivo.....: Executar obras de saneamento e integrar ações que visam a qualificação e valorização do homem possibilitando melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade do desenvolvimento no Município.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1021	Projeto	Implantação do Aterro Sanitário	Aterro Sanitário Implantado	Secretaria Mun. de Meio Ambiente	UNIDADE	1
1034	Projeto	Aquisição de Caminhão para a Limpeza Pública	Caminhão Adquirido	Sec Mun de Obras Públicas Urbanismo	UNIDADE	1
2062	Atividade	Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	Serviços Executados	Sec Mun de Obras Públicas Urbanismo	PERCENTUAL	100

Programa.....: 0016 - Cidade Saudável

Objetivo.....: Dotar o Município de Várzea Branca de espaços públicos com áreas contemplativas e socializadas, favorecendo o controle ambiental e a qualidade de vida da população.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1031	Projeto	Construção e Restauração de Praças	Praça Construída/ Restaurada	Sec Mun de Obras Públicas	UNIDADE	2



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXOS AO ARTIGO 1º DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Programa.....: 0017 - Abastecer Várzea Branca

Objetivo.....: Promover meios de comercialização da produção local, visando o desenvolvimento local sustentável.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
1017	Projeto	Aquisição de Equipamentos para o Mercado Público	Equipamentos Adquiridos	Secretaria Mun de Agricultura e Desenv Econômico	PERCENTUAL	100
2040	Atividade	Manutenção de Mercados e Feiras	Mercados e Feiras Administrados	Secretaria Mun de Agricultura e Desenv Econômico	UNIDADE	1
1043	Projeto	Construção de Matadouro Público	Matadouro Construído	Secretaria Mun de Agricultura e Desenv Econômico	UNIDADE	1
1016	Projeto	Construção e Restauração de Mercados e Feiras	Mercados e Feiras Construídos/ Restaurados	Secretaria Mun de Agricultura e Desenv Econômico	UNIDADE	1

Programa.....: 0018 - Encargos Especiais

Objetivo.....: Possibilitar a alocação de recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas decorrentes do pagamento do serviço da dívida pública municipal, precatórios, ações trabalhistas,

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
2009	Atividade	Encargos com Obrigações Patronais	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Mun de Administração e Planejamento	PERCENTUAL	100
2010	Operação Especial	Encargos com Precatórios e Sentenças Judiciais	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Mun de Administração e Planejamento	PERCENTUAL	100
2011	Atividade	Encargos com PASEP	Contribuições Realizadas	Secretaria Mun de Administração e Planejamento	UNIDADE	12
2013	Operação Especial	Encargos com a Dívida Pública	Ações Administrativas Realizadas	Secretaria Municipal de Finanças	PERCENTUAL	100

Programa.....: 0019 - Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Objetivo.....: Melhorar a eficiência do uso de recursos hídricos, a conservação e qualidade das águas.

Cód.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
------	------	-------------------	----------------------	-------------------	-------------------	---------------



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXOS AO ARTIGO 1º DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

1036	Projeto	Const. Ampl. e Restauração de Açudes e Barragens	Açudes e Barragens Construídos/ Restaurados	Sec Mun de Obras Públicas Urbanismo	UNIDADE	2
1041	Projeto	Implantação de Sistema de Abastecimento de Água	Sistema Implantado	Sec Mun de Obras Públicas Urbanismo	UNIDADE	5
2064	Atividade	Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água	Ações Executadas	Sec Mun de Obras Públicas Urbanismo	PERCENTUAL	100
1038	Projeto	Construção e Restauração de Cisternas	Cisternas Construídas/ Restauradas	Sec Mun de Obras Públicas Urbanismo	UNIDADE	200

Programa.....: 0099 - Reserva de Contingência

Objetivo.....: Assegurar reserva para atender necessidades decorrentes de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Cod.	Tipo	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas
9999	Operação Especial	Reserva de Contingência	Ações Administrativas Realizadas	Reserva de Contingência	PERCENTUAL	100



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2019

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019		2020		2021	
	Valor Corrente(a)	Valor Constante	%RCL (a/RCL)X100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%RCL (b/RCL)X100
Receita Total	23.177.009,25	22.178.956,22	132,3553	24.683.514,85	23.620.588,37	132,3553
Receitas Primárias (I)	22.568.894,25	21.597.027,99	128,8826	24.046.522,38	23.011.026,20	128,9397
Despesa Total	23.177.009,25	22.178.956,22	132,3553	24.683.514,85	23.620.588,37	132,3553
Despesas Primárias (II)	22.983.179,25	21.993.472,97	131,2484	24.173.146,62	23.132.197,72	129,6186
Resultado Primário (I - II)	(414.285,00)	(396.444,98)	-2,3658	(126.624,24)	(121.171,52)	-0,6790
Resultado Nominal	-	-	0,0000	-	-	0,0000
Dívida Pub. Consolidada	1.170.666,46	1.120.254,98	6,6852	1.099.217,33	1.051.882,61	5,8941
Dívida Consolidada Líquida	1.503.408,50	1.438.668,42	8,5854	1.411.651,18	1.350.862,37	7,5694
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,0000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,0000
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,0000

Fonte :

Nota :

Projeções da RCL do Município	
RCL 2019	R\$ 17.511.209,25
RCL 2020	R\$ 18.649.437,85
RCL 2021	R\$ 19.861.651,31



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Prev. 2017 (a)	% RCL	Metas Real. 2017 (b)	% RCL	(b-a)=c	%(c/a)x100
Receita Total	21.623.500,00	1,454	13.756.044,62	1,044	(7.867.455,38)	-36,38
Receitas Primárias (I)	21.498.500,00	1,446	13.710.059,20	1,040	(7.788.440,80)	-36,23
Despesa Total	21.623.500,00	1,454	14.386.126,10	1,092	(7.237.373,90)	-33,47
Despesas Primárias (II)	21.525.500,00	1,448	14.193.895,25	1,077	(7.331.604,75)	-34,06
Resultado Primário (I - II)	(27.000,00)	-0,002	(483.836,05)	-0,037	(456.836,05)	1691,99
Resultado Nominal	(2.062,06)	0,000	1.671.417,45	0,127	1.673.479,51	-81155,71
Dívida Pub. Consolidada	1.385.375,67	0,093	1.327.799,16	0,101	(57.576,51)	0,00
Dívida Consolidada Líquida	31.724,00	0,002	1.705.203,51	0,129	1.673.479,51	5275,12

R\$ 1,00

FONTE: Orçamento 2017, Balanço 2017

Notas:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão RCL 2017	R\$ 14.870.500,00
Realizado RCL 2017	R\$ 13.178.844,52



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2019

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES									
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021
Receita Total	13.768.577,42	13.756.044,62	-0,09	21.762.450,00	58,20	23.177.009,25	6,50	24.683.514,85	6,50	26.287.943,32
Receitas Primárias (I)	13.732.588,13	13.710.059,20	-0,16	21.191.450,00	54,57	22.568.894,25	6,50	24.046.522,38	6,55	25.620.675,58
Despesa Total	12.686.744,25	14.386.126,10	13,39	21.662.450,00	50,58	23.177.009,25	6,99	24.683.514,85	6,50	26.287.943,32
Despesas Primárias (II)	12.596.867,92	14.193.895,25	12,68	21.580.450,00	52,04	22.983.179,25	6,50	24.173.146,62	5,18	25.426.784,59
Resultado Primário (I - II)	1.135.720,21	(483.836,05)	-142,60	(389.000,00)	-19,60	(414.285,00)	6,50	(126.624,24)	-69,44	193.890,99
Resultado Nominal	(241.955,08)	1.671.417,45	-790,80	-	-100,00	-	-	-	-	-
Dívida Pub. Consolidada	1.475.425,09	1.327.799,16	0,00	1.246.759,77	-6,10	1.170.666,46	-6,10	1.099.217,33	-6,10	1.032.128,95
Dívida Consolidada Líquida	33.786,06	1.705.203,51	4947,06	1.601.130,06	-6,10	1.503.408,50	-6,10	1.411.651,18	-6,10	1.325.494,06

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CONTANTES									
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021
Receita Total	11.983.096,10	12.460.185,34	3,98	20.825.311,00	67,13	23.177.009,25	11,29	23.620.588,37	1,91	24.117.379,19
Receitas Primárias (I)	11.951.773,83	12.418.531,88	3,91	20.278.899,52	63,30	22.568.894,25	11,29	23.011.026,20	1,96	23.505.206,95
Despesa Total	11.041.552,87	13.030.911,32	18,02	20.729.617,22	59,08	23.177.009,25	11,81	23.620.588,37	1,91	24.117.379,19
Despesas Primárias (II)	10.963.331,52	12.856.789,18	17,27	20.651.148,33	60,62	22.983.179,25	11,29	23.132.197,72	0,65	23.327.325,32
Resultado Primário (I - II)	988.442,31	(438.257,29)	-144,34	(372.248,80)	-15,06	(414.285,00)	11,29	(121.171,52)	-70,75	177.881,64
Resultado Nominal	(210.578,83)	1.513.965,08	-818,95	-	-100,00	-	-	-	-	-
Dívida Pub. Consolidada	1.284.094,94	1.202.716,63	-6,34	1.193.071,55	-0,80	1.170.666,46	-1,88	1.051.882,61	-10,15	946.907,29
Dívida Consolidada Líquida	29.404,75	1.544.568,40	5152,78	1.532.181,87	-0,80	1.503.408,50	-1,88	1.350.862,37	-10,15	1.216.049,60

Fonte: Balanço 2016 2017, Orçamento 2018

Nota: Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	17.466.008,74	100	16.028.296,21	100	13.819.655,45	100
TOTAL	17.466.008,74	100	16.028.296,21	100	13.819.655,45	100

RÉGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL						

FONTE:

NOTAS: O Município não possui regime próprio de previdência



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2019

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS		2017 (a)	2016 (d)	2015
RECEITAS DE CAPITAL				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
Alienação de Bens Móveis		-	-	-
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-
TOTAL		-	-	-
DESPESAS LIQUIDADAS		2017 (b)	2016 (e)	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos		-	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social		-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos		-	-	-
TOTAL		-	-	-
SALDO FINANCEIRO		(c) = (a-b)+(f) -	(f) = (d-e)+(g) -	(g)

FONTE: Balanços Gerais 2015, 2016 e 2017



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2015	2016	2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-
Patronal	-	-	-
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Para Cobertura de Déficit Atuarial			
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	-	-	-

SEM OCORRÊNCIA

Continua 1/2



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2019

Continuação: 2/2

DESPESAS	2015	2016	2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	-	-	-
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2015	2016	2017
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE:

NOTA: O Município não possui Regime Próprio de Previdência.



2019

R\$ 1,00SEM OCORRÊNCIA

NOTA: O MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2019	2020	2021
SEM OCORRÊNCIA				
TOTAL				-

FONTE:

NOTA: No município não há leis de incentivos fiscais.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2019	
Aumento Permanente da Receita	600.000	
(-) Transferências constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB	300.000	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	300.000	
Redução Permanente de Despesa (II)	280.000	
Margem Bruta (III) = (I+II)	580.000	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	280.000	
Impacto de Novas DOCC	230.000	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	300.000	

FONTE:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2019

ARF (LRF, art 40, § 3o)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Despesas com pagamento de parcelamentos de débitos	-	Abertura de créditos adicionais, a partir da reserva de contingência	-
Demandas Judiciais	50.000,00	Abertura de créditos adicionais, a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias	50.000,00
SUBTOTAL	50.000,00	SUBTOTAL	50.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Discrepância de projeções:			
Aumento do salário mínimo	120.000,00	Abertura de créditos adicionais, a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias	120.000,00
Frustração de receita	180.000,00	Limitação de empenho	180.000,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
TOTAL	350.000,00	TOTAL	350.000,00